

Pregão de juízes altera lotação de varas federais no ES

O pregão de remoção de juízes federais realizado na manhã desta segunda (18), no TRF da 2ª Região, transmitido por videoconferência para a Seccional capixaba, vai alterar a lotação dos titulares de algumas varas federais do Espírito Santo. As juízas federais Marianna Carvalho Bellotti e Márcia Maria Ferreira da Silva deixam respectivamente as varas federais de São Mateus e Linhares e o juiz federal André Luiz Martins da Silva sai da 2ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim e vai para a 3ª Vara Federal Criminal/JEF Criminal daquela Subseção.

Os efeitos da remoção dependem de votação do Plenário do TRF2, o que deverá ocorrer em dezembro deste ano, de acordo com o diretor do foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, Carlos Guilherme Francovich Lugones, que presidiu o ato, que contou também com a presença da corregedora-regional da Justiça Federal da 2ª Região, desembargadora federal Salete Maccalóz.

Após a homologação, ficarão vagos os cargos de juiz federal titular das seguintes varas federais da 2ª Região:

- 1º Juizado Especial Federal de Campos/RJ;
 - Juiz Federal da 2ª Turma Recursal/ES;
 - Juiz Federal da 2ª Turma Recursal/ES;
 - Juiz Federal da 2ª Turma Recursal/ES;
- 2ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim/ES;
 - 2º Juizado Especial Federal de Campos/RJ;
 - Vara Federal de Angra dos Reis;
 - 2ª Vara Federal de Campos;
 - Vara Federal de Linhares;
 - Vara Federal de Itaperuna;
 - Vara Federal de São Mateus.



O juiz federal André Luiz Martins da Silva passará a ser titular da 3ª Vara Federal Criminal/JEF Criminal de Cachoeiro de Itapemirim, instalada neste ano

XV Leilão Unificado da Justiça Federal arrecada cerca de R\$ 7 milhões



A Justiça Federal realizou nesta quarta-feira (20), em Vitória, a segunda praça de seu XV Leilão Unificado. Foram arrematados 30 lotes de bens, no valor total de R\$ 6.025.945,00, dentre imóveis, veículos e equipamentos diversos.

Na primeira praça, realizada no dia 6, foram arrematados sete bens no valor total de R\$ 963.000,00, sendo cinco imóveis, uma vaga de garagem e uma sucata de caminhão.

O valor total arrecadado nas duas praças do leilão foi de R\$ 6.988.945,00.

Juízes federais participam de livro em homenagem aos 25 anos da constituição brasileira



Juiz federal Ricarlos Almagro



Juiz federal Américo Bedê

Os juízes federais Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha e Américo Bedê Freire Junior, titulares, respectivamente, da 4ª Vara Federal Cível e da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória, são co-autores do livro “Constituição de 1988: 25 anos de valores e transições”, lançado nesta quinta-feira (21), no auditório da FDV.

Ricarlos Almagro é autor do artigo “25 anos de interpretação constitucional” e Américo Bedê participa do livro com o artigo “Reflexões sobre o ato de julgar na justiça penal”.



Instrutores do curso anual de reciclagem dos agentes de segurança são elogiados

O gerente de Fiscalização e Operação para o Trânsito da Prefeitura de Vila Velha, Angelo Fortunato, enviou agradecimento aos agentes de segurança judiciária da JFES, que ministraram o curso anual de reciclagem para os servidores e alguns guardas municipais.

“Agradeço a todos os profissionais da Justiça Federal envolvidos no treinamento para os Agentes da Justiça Federal, onde foram disponibilizadas duas vagas para Guarda Municipal de Vila Velha. Agradeço em especial aos instrutores, que mostraram conhecimento e profissionalismo durante todo o curso. Vocês foram fundamentais e contribuíram em muito para o profissionalismo dos guardas municipais, que tiveram a oportunidade ímpar com o curso”.

Natal Feliz garantido para 96 crianças

Pelo sétimo ano consecutivo, a campanha “Natal Feliz”, realizada na Justiça Federal do ES, a partir da ideia de uma servidora do Núcleo de Tecnologia da Informação - Juliana Pezzin – consegue beneficiar 100% das crianças inscritas para receber seus presentes de Natal, doados pelos juízes e servidores da JFES, que se candidatam a “padrinhos/papais noéis”.

Este ano, foram inscritos 96 meninos e meninas de zero a 12 anos, filhos dos funcionários terceirizados que atendem a Seccional.

No dia 13/12, será realizada confraternização no auditório, para entrega dos presentes aos terceirizados.



Coral da JFES tem cinco apresentações programadas para dezembro

Cada vez mais requisitado, o Coral da Justiça Federal do Espírito Santo está com a agenda repleta de compromissos para o mês de dezembro.

Há cinco apresentações programadas para eventos dentro e fora da JFES, levando alegria a crianças e adultos, inclusive internados em hospital.

Agenda:



Dia 04/12 - III Encontro de Coros, às 18h, no auditório/JFES

Dia 07/12 - Apresentação na festa de Natal das crianças da Casa Sagrada Família, no Ginásio da Emescam, às 12h

Dia 09/12 - Culto em Ação de Graças, às 16h30, auditório/JFES

Dia 13/12 - Apresentação na Festa de Confraternização para os funcionários terceirizados da JFES, auditório, às 16h

Dia 18/12 - Apresentação no Instituto de Doenças Renais, no Vitória Apart Hospital, às 18h

Desembargador Ricardo Perlingeiro aborda a “Judicialização da saúde” em conferência de Congresso de Direito Médico do CFM*

O desembargador federal do TRF2 e coordenador do Comitê Executivo do Conselho Nacional de Justiça para o monitoramento e resolução das demandas de assistência à saúde no Estado do Rio de Janeiro, Ricardo Perlingeiro, proferiu a conferência magna “Judicialização da Saúde” no IV Congresso Brasileiro de Direito Médico, realizado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), no auditório da Procuradoria Geral da República, em Brasília.

Na ocasião, Ricardo Perlingeiro abordou o fenômeno da judicialização das políticas de saúde e os outros meios de solução de conflitos, junto ao SUS e aos planos privados de saúde. O assunto é tema do artigo “O princípio da isonomia na tutela judicial individual e coletiva, e em outros meios de solução de conflitos, junto ao SUS e aos planos privados de saúde”, de autoria do magistrado.

O artigo indica, sob o prisma do princípio da isonomia, que o sistema jurídico brasileiro de ações coletivas é insuficiente e busca soluções que se aproximem de uma proteção judicial efetiva do direito à saúde. A análise do desembargador trata de uma igualdade de tratamento por parte do SUS, das agências reguladoras e das operadoras de planos de saúde em favor dos usuários dos seus serviços, sejam ou não demandantes judiciais, e, por último, de uma diminuição do número de processos judiciais repetitivos sobre a matéria em questão.

Direito público à saúde

Também relacionado ao fenômeno da judicialização das políticas de saúde no Brasil, outro artigo de Ricardo Perlingeiro aborda diversos aspectos da tutela judicial do direito público à saúde relacionado ao princípio da tripartição de poderes. Em “A tutela judicial do direito público à saúde no Brasil”, Perlingeiro aborda o controle jurisdicional da extensão dos efeitos favoráveis da decisão judicial aos cidadãos – que apesar de não terem participado da demanda – encontram-se na mesma situação fática e jurídica.

O IV Congresso Brasileiro de Direito Médico do CFM, que aconteceu nos dias 28 e 29 de agosto, representou uma oportunidade para debater perspectivas e experiências sobre temas como judicialização da saúde, direito do consumidor na relação médico-paciente, confidencialidade, testamentos vitais, paternidade afetiva versus paternidade biológica, reforma do sistema de saúde em Portugal e responsabilidade do diagnóstico em Psiquiatria Forense.

**Assessoria de Comunicação Social do TRF2*

Notícias do CJF

Diretor do CEJ destaca importância do compartilhamento no II Encontro dos Profissionais da Informação*

Teve início na quarta-feira (20/11), o II Encontro dos Profissionais da Informação, evento promovido pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF). O diretor do CEJ, ministro Arnaldo Esteves Lima, abriu a cerimônia falando para uma plateia composta por bibliotecários e profissionais da informação de toda a Justiça Federal. “A constituição de uma rede de bibliotecas na Justiça Federal facilitará o compartilhamento de recursos, a interligação dos acervos bibliográficos e dos serviços de informação, o desenvolvimento de ações conjuntas de gestão do conhecimento e da informação, bem como, a troca de práticas e a elaboração de novos produtos, a serem disponibilizados aos usuários”, afirmou o ministro.

Segundo Arnaldo Esteves, o CEJ realiza este encontro com a finalidade de promover o aperfeiçoamento da Justiça Federal e proporcionar aos profissionais da informação o ambiente para atualização e debate de questões que abranjam a gestão e a disseminação do conhecimento jurídico. “Isso tudo para atender melhor às necessidades de magistrados e de servidores, além de cumprir o seu dever fundamental, razão da existência do serviço público em geral, que é servir e atender, da melhor forma possível, à sociedade”, disse Arnaldo Esteves.

Ainda de acordo com o diretor do CEJ, o Encontro também tem o objetivo de retomar as discussões da rede de bibliotecas da Justiça Federal, pois se trata de uma ótima oportunidade para fomentar, não só o aperfeiçoamento de bibliotecários e profissionais da informação de instituições públicas e privadas, mas também a sua interação. “A necessidade de melhorias da gestão da informação das instituições públicas é extremamente atual, na medida em que a capacidade para disponibilizar informações de forma segura e eficaz é o que reflete a competência de uma instituição”, falou o ministro.

Para ele, a informação é ferramenta essencial no trabalho desenvolvido tanto por magistrados como por quem atua em outras carreiras públicas. “No exercício de suas funções os operadores de direito necessitam de acesso rápido, eficaz e seguro à jurisprudência atualizada, à doutrina e, por vezes, ao direito comparado. Para tanto, precisam contar com o apoio das bibliotecas e de seus dedicados e competentes servidores, a subsidiá-los em suas atribuições”, concluiu.

Para a secretária do CEJ, Raimunda Veiga, as expectativas para o encontro são muito boas, com destaque para as propostas de se construir a rede de bibliotecas e de tornar efetivo o compartilhamento das informações na Justiça Federal. “Queremos compartilhar nossos acervos, todas as nossas publicações e nossos normativos. Enfim, são muitos os desafios e esse encontro é o primeiro passo para consolidar essas expectativas”, disse.

O evento, que segue até o dia 22 de novembro, no auditório do CJF, pretende auxiliar no planejamento e na execução das metas propostas para o biênio de 2014-2016. Outro objetivo do encontro é atualizar a base de dados de bibliografia e o Tesouro Jurídico da JF, bem como apresentar um modelo de interface para as bibliotecas da JF que aprimore as boas práticas na gestão do conhecimento e da informação.

**Assessoria de Comunicação Social do CJF*

II Encontro dos Profissionais da Informação divulga plano de ação para o biênio 2014/2016*

No primeiro dia do evento que reuniu os profissionais da informação da Justiça Federal, no Conselho da Justiça Federal (CJF), foram apresentadas as metas para a gestão da informação no período 2014/2016. A coordenadora da biblioteca do CJF, Maria Aparecida de Assis Marks, mostrou aos participantes os seis projetos a serem desenvolvidos, as metas definidas e as principais ações para atingi-las.

Dentre os projetos, está o de implantação da Rede Jusdata, que será composta pelas Bibliotecas da Justiça Federal. A palestrante, Maria Aparecida, adiantou que o software a ser utilizado já está em fase final de aquisição e prevê que em março a solução já esteja disponível para todas as bibliotecas.

Ainda quanto ao projeto de criação da Rede Jusdata, a coordenadora ressaltou que “não se está em busca apenas de uma rede integrada por um software, o que se pretende é que haja uma integração de forma a promover a cooperação entre todas as bibliotecas da Justiça Federal”, afirmou.

Segundo Maria Aparecida, os projetos já estavam na lista de prioridades da biblioteca do CJF, e agora trata-se de uma retomada para alavancá-los e direcionar as ações no sentido de alinhar os conteúdos e procedimentos dos serviços de informação da Justiça Federal.

Confira abaixo os seis projetos do Plano de Ação 2014/2016:

- I – Projeto Rede Jusdata
- II – Projeto Repositório de Atos Normativos da Justiça Federal
- III – Projeto Memória da Justiça Federal
- IV – Projeto Atualização do Tesouro Jurídico
- V – Projeto Arquitetura da Informação da Rede Jusdata
- VI – Projeto Comutação Bibliográfica

**Assessoria de Comunicação Social do CJF*

Especialista fala sobre gestão do conhecimento como fonte de inovação em encontro no CJF*

O professor Gil Giardelli, um dos maiores especialistas brasileiros em cultura digital, proferiu palestra inaugural do II Encontro dos Profissionais da Informação da Justiça Federal, nesta quarta-feira (20/11), no auditório do Conselho da Justiça Federal (CJF). Durante a sua apresentação, sobre a Gestão do Conhecimento como Fonte de Inovação, ele expôs vídeos e citou cases de sucesso de empresas que fazem excelentes trabalhos de gestão do conhecimento. Giardelli explicou que o mundo atual vive uma transformação em que a Era da Informação dará lugar à Era do Conhecimento. “O grande desafio hoje é como transformar esse tsunami de informação em conhecimento e ainda catalogar tudo. O que vai ser produzido em 2014 será 133 vezes maior do que foi produzido nas últimas três décadas, que é conhecida como a Era da Informação. Por isso, nunca se precisou tanto de profissionais como vocês para filtrar e interpretar esse novo conceito semântico”, falou.

Gil Giardelli explicou que, de acordo com o Comitê Gestor da Internet Mundial, 91 % do conteúdo da web em 2014 será de vídeos de vários segmentos. “Nunca o nosso país precisou de tanta integração”. O Brasil, segundo o professor, ainda não despertou para a mudança que pode acontecer com a utilização desse tipo de ferramenta tecnológica, pois muitos governos atuais monitoram tudo o que é feito nas redes sociais. Para ele, já está mais do que na hora nascer uma geração de produtores em vez de consumidores, que é o que mais existe hoje. “Precisamos de pessoas que vão produzir conteúdo, que vão realmente mudar a situação atual”, apontou.

O grande embate hoje da sociedade brasileira, de acordo com Giardelli, está entre o consumo e a educação de alto impacto. “Quem escutar com o ouvido sociológico sobre o “funk da ostentação”, verá que é perigosíssimo. Ele diz assim: ‘fique rico não importa como, pode ser até é ilícitamente que você vai ter tudo’. Por isso, nós precisamos de educação de alto impacto, necessitamos de profissionais de conteúdo de biblioteconomia que possam fazer essa transição”, disse.

Ele contou, ainda, que várias empresas de gestão do conhecimento foram à Faculdade de Biblioteconomia da Universidade de São Paulo e não acharam profissionais preparados para essa educação de alto impacto. “Precisamos fazer uma transição entre a sociedade do consumo e a sociedade do conhecimento, baseada na educação, no empreendedorismo e na evolução”, assentou Giardelli.

O especialista citou uma pesquisa feita por ele, mas que foi encomendada pelo Banco Mundial, a qual constatou que cerca de 8 milhões de pessoas se enquadram na geração “nem nem”. Isto é, nem trabalha nem estuda e nem procura emprego. E, segundo ele, não são somente pessoas das classes emergentes que não estão fazendo nada, mas também da classe alta.

Para finalizar, o especialista em cultura digital falou que é necessário que haja mudanças. “Não dá mais para competirmos uns com os outros, tem que haver cooperação. Sonhos são as matérias primas do século XXI, sonhar grande ou sonhar pequeno está dando o mesmo trabalho”, opinou. Para ele, o século XXI deverá ser o século de pessoas livres, éticas e voluntariamente justas e isso servirá para tudo, para a casa, para a escola e para as relações pessoais.

**Assessoria de Comunicação Social do CJP*

Usabilidade é fator crítico de sucesso na arquitetura da informação, afirma especialista*

À medida que a informação prolifera de forma exponencial, a usabilidade vem se tornando o fator crítico de sucesso para websites e aplicações. Uma boa arquitetura da informação estabelece as fundações necessárias para que um sistema de informação faça sentido para seus usuários. Estes foram, em síntese, os argumentos apresentados pela especialista Paula Azevedo Macedo na palestra “Arquitetura de Informação, Usabilidade e Design de Experiência do Usuário”, na abertura do Encontro dos Profissionais da Informação da Justiça Federal, nesta quarta (20), no auditório do Conselho da Justiça Federal (CJF). O evento é uma promoção do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) do CJF.

Paula Macedo define a arquitetura de informação como a arte e a ciência de organizar e catalogar websites, intranets, comunidades online e softwares, de modo que a usabilidade seja garantida. O princípio básico da arquitetura de informação, segundo ela, é a busca pelo equilíbrio entre três fatores: conteúdo, contexto e usuários.

A usabilidade, por sua vez, é definida por Paula Macedo como a eficiência, a eficácia e a satisfação com as quais os públicos do produto alcançam objetivos em um determinado ambiente. “O que caracteriza uma interface com boa usabilidade?”, questiona a especialista. Um design centrado no usuário, na concepção de Paula Macedo, deve ter os seguintes atributos: ser fácil de aprender; ser eficiente na utilização; ser fácil de ser recordado; e ser subjetivamente agradável. Visibilidade, feedback, mapeamento, consistência e affordance (capacidade de um objeto de ter sido pensado da forma como é usado) também seriam atributos desejáveis do design.

“O que você poderia fazer para melhorar a experiência do seu usuário?”, questiona a especialista. Para ela, o que pode ser feito é melhorar a maneira como uma pessoa se sente sobre o uso de um produto, sistema ou serviço. O termo user experience, segundo ela, é a junção de muitas disciplinas e suas subcategorias, todas voltadas para entregar uma boa experiência centrada no usuário.

Paula Macedo deu como exemplo o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no qual ela precisava pesquisar a quantidade de brasileiros que utilizavam determinados eletrodomésticos. Ela conta que na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) não encontrou tudo o que precisava, e teve muita dificuldade para pesquisar o site. Decidiu, então, ligar para a Biblioteca do IBGE e conversou com um funcionário, que a orientou sobre o local onde essas informações se encontravam no site. “Eu não encontraria nunca sozinha”, observa Paula Macedo.

Um bom planejamento de reformulação da arquitetura da informação, de acordo com ela, deve seguir as fases de pesquisa, concepção e avaliação. Na pesquisa, é importante que sejam realizados estudos e entrevistas com os usuários, além do desenvolvimento de um protótipo de navegação adaptada ao modelo mental do usuário. A fase de concepção deve conter um inventário e uma estratégia para o conteúdo, mapa do site, fluxograma, protótipos navegáveis e especificação de uso. Já na avaliação devem ser contemplados um teste de usabilidade, uma análise heurística e a definição de métricas.

“Devemos calçar os sapatos dos usuários”, diz a especialista, para quem é imprescindível se colocar no lugar do usuário.

**Assessoria de Comunicação Social do CJF*

Criação de conteúdos institucionais para biblioteca digital é tema de palestra*

Na tarde do segundo dia do II Encontro dos Profissionais da Informação da Justiça Federal, no Conselho da Justiça Federal (CJF), um dos palestrantes foi o chefe da Seção da Biblioteca Digital Jurídica do Superior Tribunal de Justiça (BDJur/STJ), José Ronaldo Vieira, que compartilhou a experiência da BDJur nos desafios enfrentados com os bibliotecários da Justiça Federal. O evento está sendo promovido pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ) do CJF.

O tema tratou da implementação do repositório institucional um sistema que armazena conteúdos em texto integral, em formato digital, de forma que o usuário possa acessar de qualquer lugar, sem ter que ir à biblioteca, e a qualquer hora, eliminando a barreira de espaço e de tempo.

O segundo ponto abordado na palestra foi o desenvolvimento do repositório, ou seja, a forma de gerir, desenvolver e aumentar o conteúdo para atender ao objetivo de criação. Para isso, José Ronaldo destaca a importância dos recursos aplicados: “a tecnologia é fundamental para ter um sistema adequado que possibilite ao usuário acessar a informação de forma mais rápida” afirmou.

O palestrante citou que, atualmente, na Justiça Federal, o CJF e o Tribunal Regional Federal da 2ª Região já têm biblioteca digital e “a tendência é que quem não tem ainda, implemente, porque é um caminho sem volta. O usuário quer comodidade e a informação digital traz grandes facilidades para o trabalho diário do usuário que o Judiciário atende” ressaltou.

José Ronaldo alerta sobre os cuidados com o repositório, como definir qual a finalidade, o público que se vai atender e mostra, ainda, outra preocupação com a segurança e a praticidade no acesso das informações: “a ferramenta adotada é que vai atender a esse propósito de forma adequada, no que se refere à questão da pesquisa, da preservação e da integração dos sistemas”, lembrou o palestrante.

**Assessoria de Comunicação Social do CJF*

Notícias do CNJ

Relatório parcial aponta que cumprimento da meta 1 de 2013 é de 88,96%*

Relatório parcial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aponta que o percentual de cumprimento da Meta 1 de 2013, que prevê o julgamento de um número maior de processos que os distribuídos ao longo do ano, é de 88,96%. O levantamento, feito com dados de janeiro a setembro de 2013, foi apresentado nesta terça-feira (19/11) pelo secretário-geral adjunto do CNJ, juiz Marivaldo Dantas, durante o VII Encontro Nacional do Judiciário, realizado em Belém/PA.

Segundo o levantamento, de janeiro a setembro de 2013 foram distribuídos 13.676.991 novos processos e 12.167.341 foram julgados. Já cumpriram a meta estabelecida os Juizados Especiais Federais, a Justiça do Trabalho de segundo grau, o primeiro grau da Justiça Eleitoral e a Justiça Militar. A pior situação é a da Justiça estadual, que conta com 90% do estoque de pendentes (1,3 milhão), apesar de responder por 67% do total de processos julgados no período.

Também foram apresentados os números parciais sobre o cumprimento da Meta 2 de 2013, que prevê o julgamento de processos mais antigos. De acordo com o levantamento parcial, a meta deve ser cumprida por praticamente todos os segmentos da Justiça. Dos 6.663.049 processos antigos que são alvos da meta, 6.378.480 já foram julgados.

O percentual de cumprimento da meta entre os ramos da Justiça varia de 99% nos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) a 90% nos Tribunais Regionais Federais (TRFs). Na meta não estão incluídos os processos que tramitam na primeira instância.

Segundo Marivaldo Dantas, o relatório final de cumprimento das metas de 2013 deve ser divulgado entre fevereiro e março do próximo ano.

Veja no www.cnj.jus.br a íntegra do relatório parcial das metas.

**Tatiane Freire/Agência CNJ de Notícias*

TNU aceita documentos de terceiros como início de prova de trabalho rural*

De uma mesa composta por representantes dos principais segmentos do Poder Judiciário brasileiro, o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Joaquim Barbosa, abriu os debates do segundo dia do VII Encontro Nacional do Judiciário, na terça-feira (19/11), chamando a atenção para a importância de haver maior união entre os diversos tribunais do País rumo à construção de uma Justiça mais ágil, moderna e acessível ao cidadão. O evento ocorre na cidade de Belém, no Pará e dele participam presidentes e corregedores de todas as cortes de Justiça brasileiras.

Além de Barbosa, integraram a mesa de debates o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Carlos Alberto Reis de Paula; o presidente do Superior Tribunal Militar (STM), ministro general de Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho; o vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Gilson Dipp; e a presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento.

“Esta mesa tem por objetivo permitir um debate com os diversos segmentos da Justiça. Cada um dos ramos da Justiça possui peculiaridades. Seja em razão da necessidade de unificação de entendimentos da jurisprudência, seja na de auxiliar na administração da Justiça, a união também reside na discussão de ideias e propostas direcionadas à melhoria do sistema”, afirmou Joaquim Barbosa.

Nesse sentido, o presidente do CNJ conclamou os representantes a apresentarem propostas para a melhoria do Judiciário. “Propostas que tenham por objetivo a ampliação do acesso à Justiça, a solução do nosso e talvez mais grave problema que é a falta de celeridade processual e, por fim, a modernização do Judiciário”, disse o ministro.

Os integrantes da mesa relataram o desempenho do ramo de Justiça ao qual representam. O presidente do TST ressaltou que a criação de um planejamento nacional rendeu frutos positivos para o Judiciário. “Assegurou a continuidade administrativa e a capacidade de continuação das políticas públicas em prol do Poder Judiciário. A cultura do planejamento de médio prazo ajudou a litigar a probabilidade de decisões indesejadas decorrentes da alternância da gestão dos tribunais, que ocorre de dois em dois anos”, disse.

Reis de Paula manifestou preocupação com algumas metas, entre elas a que busca diminuir o acervo de processos de execuções. “Ainda nos preocupam as execuções trabalhistas. Finalizamos o ano de 2012 com pouco mais de dois milhões de processos pendentes de execução. Se considerarmos nossa capacidade de produção atual e se não tivéssemos nenhum novo processo, levaríamos ainda assim quatro anos para dar conta do estoque. Mesmo diante do cenário desalentador, temos iniciativas que nos encham de esperança”, afirmou.

O ministro citou como exemplo a Semana Nacional de Execução Trabalhista, promovida pelo TST no mês de agosto. A iniciativa foi realizada por diversos tribunais trabalhistas do Brasil. O resultado foi o atendimento de mais de 50 mil pessoas e a arrecadação de mais de R\$ 47 milhões.

Cerqueira Filho, presidente do STM, também forneceu dados referentes ao desempenho da Justiça Militar no cumprimento das metas e do planejamento estratégico estabelecidos pelo CNJ no decorrer deste ano. O ministro destacou ainda o plano estratégico que a corte executa com metas específicas para a Justiça Militar até o ano de 2018. “Gostaria de externar ao ministro Joaquim Barbosa que a Justiça Militar da União e o Superior Tribunal Militar estão abertos a trocas de ideias e a participar de parcerias e integrações com os demais ramos da Justiça”, destacou.

**Giselle Souza*

Agência CNJ de Notícias

Presidentes aprovam seis metas nacionais para garantir mais eficiência ao judiciário em 2014*

Os presidentes dos 90 tribunais brasileiros aprovaram, nesta terça-feira (19/11), no encerramento do VII Encontro Nacional do Judiciário, seis metas nacionais a serem perseguidas pela Justiça no próximo ano para garantir uma prestação judicial mais célere e eficiente ao cidadão brasileiro. Entre elas, estão medidas que buscam aumentar a produtividade, reduzir o congestionamento processual, garantir estrutura mínima de trabalho, sobretudo nas varas do primeiro grau, e combater a corrupção.

As metas foram apresentadas pela conselheira Maria Cristina Peduzzi, presidente da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento. Segundo ela, as medidas são resultado de ampla discussão, que contou com a participação de todos os segmentos da Justiça por meio da Rede de Governança Colaborativa. “Não consiste em um produto apenas desses dois dias de encontro, mas de um processo amplo de revisão e formulação do planejamento estratégico, a partir do trabalho de todos os tribunais”, destacou a conselheira.

Com o intuito de garantir o julgamento dos processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública, a Meta 18 de 2013 foi ampliada e agora recebeu a denominação de Meta 4. Em 2014, os tribunais brasileiros não só terão de concluir o julgamento dos processos dessa natureza que entraram na Justiça até o final de 2011 (Meta 18 de 2013), como terão de avançar no julgamento das ações que ingressaram no decorrer de 2012.

As Justiças Estadual e Militar terão de concluir 100% de todas as ações desse tipo distribuídas até 31 de dezembro de 2012. Já a Justiça Federal e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), além de eliminar o estoque que ingressou até o final de 2011, terão de avançar e concluir 50% das ações que ingressaram no decorrer de 2012.

Outra novidade para 2014 é que as Cortes Estaduais, Trabalhistas e Militares terão de estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com a garantia de estrutura mínima para as áreas fins. Essa medida busca proporcionar estrutura adequada de trabalho, sobretudo para as varas da primeira instância da Justiça, que é porta de entrada dos cidadãos ao Judiciário e onde se encontram os principais gargalos. É no primeiro grau que tramitam 80% de todos os processos do Judiciário, segundo dados de 2012 do Relatório Justiça em Números 2013.

A priorização da primeira instância foi contemplada ainda como diretriz estratégica do Poder Judiciário pelos presidentes dos 90 tribunais brasileiros. A medida é o primeiro passo para a consolidação de uma política nacional voltada ao aprimoramento desse segmento de Justiça. Pela diretriz, os tribunais terão, a partir do próximo ano, de orientar programas, projetos e ações de seus planos estratégicos, aperfeiçoar os serviços judiciais de primeira instância e equalizar os recursos orçamentários, patrimoniais, de tecnologia da informação e de pessoal entre primeiro e segundo grau.

Eficiência – Para assegurar mais produtividade e celeridade na solução dos litígios, foram mantidas e ampliadas, no VII Encontro Nacional, as metas 1 e 2 para 2014. A Meta 1, voltada a todos os segmentos de Justiça, prevê que os tribunais julguem, no ano que vem, número maior de processos que a quantidade de novas ações que ingressaram no período. Já a Meta 2 determina que as Cortes solucionem o estoque processual, com percentuais que variam de acordo com o ramo da Justiça.

Segundo o ministro Francisco Falcão, corregedor nacional de Justiça, que fez o encerramento do encontro, para 2014 o número de metas foi reduzido como um passo para novo desafio: encontrar mecanismo contínuo e duradouro para o fortalecimento e a melhoria do Judiciário brasileiro. “Com essa estratégia nacional, serão encontrados espaços para as melhorias na prestação jurisdicional e na entrega da Justiça almejada pela sociedade brasileira. Conclamo a todos para que juntos possamos ter um Judiciário cada vez mais célere e transparente, a qual todos nós tenhamos orgulho de pertencer”, pediu o corregedor.

Macrodesafios – No encontro, os presidentes também aprovaram os 12 macrodesafios que vão nortear as atividades do Poder Judiciário de 2015 até 2020. São eles a garantia dos direitos de cidadania, o combate à corrupção e à improbidade administrativa, a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional, a melhoria da gestão de pessoas, o aperfeiçoamento da gestão de custos, a instituição da governança judiciária e a melhoria da infraestrutura e governança de Tecnologia da Informação e Comunicação. “Tais macrodesafios materializam o novo plano estratégico rumo ao Judiciário 2020”, destacou Falcão.

Foram aprovados também macrodesafios específicos para alguns ramos da Justiça. O aprimoramento da gestão da justiça criminal deve ser perseguido pela Justiça estadual, federal e militar, enquanto a Justiça eleitoral buscará o fortalecimento da segurança do processo eleitoral. A Justiça estadual, a federal e a do trabalho também deverão buscar a adoção de soluções alternativas de conflito e a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes. O impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas também foi um macrodesafio aprovado para as Justiças estadual e trabalhista.

Confira abaixo as seis metas nacionais:

Meta 1 – Todos os segmentos de Justiça

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos em 2014.

Meta 2

Julgamento dos processos antigos (celeridade judicial)

JUSTIÇA DO TRABALHO:

Julgar 90% dos distribuídos até 2011 no primeiro e segundo grau.

Julgar 80% dos distribuídos até 2012 no primeiro e segundo grau.

Julgar 80% dos distribuídos até 2011 no TST.

JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO:

Julgar 90% dos distribuídos até 2012 no primeiro grau.

Julgar 95% dos distribuídos até 2012 no STM.

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL:

Julgar 95% dos distribuídos até 2012 no primeiro grau.

Julgar 95% dos distribuídos até 2013 no segundo grau.

JUSTIÇA ELEITORAL:

Julgar 90% dos distribuídos até 2011.

JUSTIÇA ESTADUAL:

Julgar 80% dos distribuídos até 2010 no primeiro grau.

Julgar 80% dos distribuídos até 2011 no segundo grau.

Julgar 100% dos distribuídos até 2011 nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais.

JUSTIÇA FEDERAL:

Julgar 100% dos distribuídos até 2008 e 80% dos distribuídos em 2009 no primeiro e segundo grau, e 100% dos distribuídos até 2010 e 80% dos distribuídos em 2011 nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais.

Meta 3 – Justiça Estadual, do Trabalho e Militar

Estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com a garantia de estrutura mínima das unidades da área fim.

Meta 4 - Justiça Estadual e Militar

Identificar e julgar, até 31/12/2014, todas as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2012.

Justiça Federal e STJ

Identificar e julgar, até 31/12/2014, todas as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2011 e 50% das ações dessa natureza distribuídas até 31/12/2012.

Meta 5 – Justiça Federal e do Trabalho

Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença de execução:

- Na Justiça Federal, em 10% quanto às execuções não fiscais;
- Na Justiça do Trabalho, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais.

Meta 6 – Justiça Estadual e do Trabalho

Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no primeiro grau, e até 31/12/2012, no segundo grau.

Judiciário e tribunais de contas assinarão acordo para aprimorar cadastro de condenados por improbidade*

Será assinado na próxima segunda-feira (25/11) um termo de cooperação entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho da Justiça Federal (CJF), os tribunais superiores e o Tribunal de Contas da União (TCU), para aperfeiçoamento do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade (CNCIAI).

Segundo o diretor do Departamento de Gestão Estratégica (DGE), do CNJ, Ivan Bonifácio, a intenção é que, com o acordo, o cadastro passe a ser alimentado com mais frequência e tempestividade. Cabe aos próprios tribunais alimentar o banco de dados com suas decisões judiciais.

O cadastro é uma ferramenta eletrônica criada pelo CNJ em 2010 com o objetivo de reunir, em um só banco de dados, todas as condenações por atos de improbidade administrativa, nos termos da Lei n. 8.429/1992. Desde julho último, o CNCIAI passou a reunir também informações sobre as condenações criminais por atos que tornaram o réu inelegível.

O rol de crimes que resultam em inelegibilidade é o previsto na Lei Complementar n. 64, de 1990, alterada em 2010 pela Lei Complementar n. 135, a chamada Lei da Ficha Limpa. Nem todas as condenações por improbidade geram inelegibilidade e/ou implicam o enquadramento na Lei Complementar n. 135.

Encontro Nacional - A assinatura do acordo dará cumprimento à Meta 19 de 2013, fixada em novembro de 2012, durante o VI Encontro Nacional do Judiciário, em Aracaju/SE. A meta prevê a realização de parcerias entre o CNJ, os Tribunais de Justiça, os Tribunais Federais, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais de Contas, para aperfeiçoamento e alimentação do cadastro. A sétima edição do encontro está sendo realizada neste início de semana, em Belém/PA, quando serão fixadas as metas do Poder Judiciário para 2014 e os macrodesafios para o período de 2015 a 2020.

O acesso às informações públicas do CNCIAI pode ser feito pelo endereço <http://www.cnj.jus.br/sistemas>. No link http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php é possível pesquisar, com o nome ou CPF da pessoa investigada, as ações transitadas em julgado.

**Tatiane Freire/Agência CNJ de Notícias*

Convocação geral

A Justiça Federal quer conhecer o nível de satisfação dos usuários com os seus serviços. A ideia é saber a opinião de um grande número de pessoas sobre a instituição e, a partir daí, identificar oportunidades de melhorias e traçar estratégias para evoluir nos aspectos de atendimento, acessibilidade, tempo médio de duração dos processos, transparência e segurança judicial.

Com esse objetivo, está disponível, na internet (www.jf.jus.br/pesquisa2013), até 6 de janeiro, a Pesquisa de Satisfação da Justiça Federal. Com o tema "Sempre pode melhorar... e sua opinião fará diferença", a iniciativa só será um sucesso à medida que um grande número de usuários responda o questionário, sejam eles: partes, advogados, procuradores, peritos ou defensores públicos.

A sensibilização desses respondentes é um passo decisivo da pesquisa e você, servidor da JF, tem uma importância essencial para que essa etapa seja cumprida com êxito. Nesse sentido, esta mensagem é um convite dirigido a cada servidor, principalmente àqueles que lidam diretamente com o público, para que façam uma verdadeira convocação.

Muito mais efetivo do que cartazes, banners ou panfletos, o convite pessoal pode fazer a diferença e ser a estratégia mais consistente neste momento, afinal, o público-alvo de nossa pesquisa é composto, antes de tudo, por pessoas como você. Por isso, convide, divulgue, compartilhe o link, mostre os cartazes e explique a relevância de cada opinião na construção de uma Justiça Federal cada vez melhor.

Acesse: www.jf.jus.br/pesquisa2013
Mais informações: pesquisa2013@jf.jus.br



JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal